

Relator corta artigo que dá despesa

Mas garante que não haverá concessão às pressões do Governo Sarney

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Todas as emendas supressivas aos artigos das disposições transitórias e do corpo permanente da nova Constituição que criam despesas sem custeio, representam a institucionalização de regalias ou poderão inviabilizar a administração do País deverão receber parecer favorável do relator. Ao admitir isso, ontem, o relator adjunto, senador José Fogaça, revelou que aquela é a posição unânime dos relatores e fez questão de frisar que eles não atenderão a pressões do Planalto, mas levando em conta apenas os interesses da Nação. Em Salvador, o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, declarou que a decisão dos relatores é importante por envolver um compromisso também do presidente Ulysses Guimarães.

A se confirmar esta tendência, estão com os dias contados a anistia aos micro e pequenos empresários e aos pequenos e médios produtores rurais, a anistia aos devedores do Imposto de Renda, e mais alguns dos onze artigos tratando de aposentadorias de civis e militares com regalias, bem como os que permitem a escolha de leis mais favoráveis ao funcionário quando ele pedir aposentadoria. Só a partir de hoje à tarde, ou provavelmente amanhã cedo, os relatores passarão a examinar o capítulo das disposições transitórias e os pontos polêmicos, que separaram para o final do trabalho de dar parecer às quase duas mil emendas apresentadas para o segundo turno.

Ontem, o senador José Fogaça revelou que também cairá o tabelamento dos juros em 12% — "que ficou frágil de sustentar perante a opinião pública" — mas ainda não definiram qual das três tendências em exame escolherão. A mais viável, disse, é a da supressão pura e simples do parágrafo 3º do artigo 197. Mas consideram a emenda do deputado Paulo Mancarini, "que tem o apadrinhamento do PMDB", deixando que o percentual seja fixado através de lei ordinária. Isso obrigaria os relatores a transferir o princípio para o capítulo das disposições transitórias, já que os 12% ficariam em vigor até a aprovação da nova lei pelo plenário das duas casas do Congresso.

De acordo com Fogaça, se optarem por esta forma, asseguraríamos uma chance de trabalhar com o tabelamento em 12%, porém com a possibilidade de observar se a medida acarreta mesmo a evasão de recursos com resultados desastrosos para a economia, como tem sido alegado pelos seus críticos. Constatada essa hipótese, mudariam através de lei ordinária. Quanto a emenda do deputado Luiz Roberto Ponte, a última alternativa em exame, o

relator adjunto disse que, por ela, o tabelamento deixaria de ser um parágrafo do artigo 197, passando a inciso, já que a matéria seria tratada depois em lei complementar. A diferença entre a segunda e a terceira hipótese é de quorum para a aprovação das leis. A lei ordinária depende de maioria simples — metade mais um da maioria do plenário — e a complementar, de maioria absoluta, ou seja, dois terços.

O senador contou que os relatores adotaram uma sistemática de trabalho visando apressar os pareceres. Por isso, separaram os temas polêmicos para o final. Concluíram até agora os títulos I, II, III, VI, VII e estavam ontem terminando o capítulo do Poder Judiciário. Faltam ainda os V, VIII, IX e X, que tratam, respectivamente, da segurança nacional, dos direitos sociais, das disposições gerais e das disposições transitórias.

O critério para apreciar as emendas, de acordo com José Fogaça, leva em conta os entendimentos partidários realizados para o primeiro turno. E o que revelou o relator Bernardo Cabral, que não quer mexer em nada que tenha sido objeto de acordo. Por isso mesmo, manteve o texto que trata da greve nos serviços públicos essenciais, um ponto que o Governo insiste em tentar alterar através de votos no plenário.

Entre as matérias polêmicas ficaram o voto aos 16 anos, o tabelamento dos juros — analisado apenas numa primeira rodada — a mineração, a parte das terras produtivas na reforma agrária, sangue e distribuição de seus derivados, reeleição da mesa da Câmara e as anistias aos empresários e produtores rurais e aos devedores do Fisco.

Fogaça adiantou ontem que uma emenda de omissão também foi aprovada. De autoria do deputado Oswaldo Coelho (PFL-PE), ela determina que os ministros de estado ser-ao julgados nos crimes de responsabilidade pelo Supremo Tribunal Federal. Entrará no capítulo II, seção IV, do título IV, que trata do Poder Executivo. No texto aprovado pelo primeiro turno de votação os ministros foram esquecidos, erro que será corrigido no segundo turno.

Um ponto que foi objeto de muitas emendas supressivas n-ao mereceu parecer favorável do relator Bernardo Cabral: ele manteve o princípio da eleição em dois turnos para Presidente da República já no pleito de 1989. Em compensação, acatou as emendas que tiravam o privilégio das empresas nacionais nas compras e prestação de serviços ao Governo.

Explicou o senador que o relator voltou atrás porque reconheceu que poderia estar validando ou criando privilégios a empresas nacionais, onerando o estado ou ajudando grupos vincu-

lados ao Poder a faturar mais através do tráfico de influências. Também acatou a emenda para retirar a expressão judiciária do artigo que tratava da prisão do indivíduo apenas com mandado expedido pela autoridade judiciária competente.

A tendência é não alterar a parte do texto que trata de mineração, pois foi aprovada por acordo. Mas o relator deixou claro que a propriedade do solo é do Governo, enquanto quem explora a lavra fica com tudo que tirar de lá. A emenda que repõe o caráter vitalício dos cargos de ministro do Tribunal de Contas da União também ganhou parecer favorável.

O relator Bernardo Cabral, segundo o senador José Fogaça, reconheceu que apenas a vitaliciedade do cargo dá garantia de seriedade e independência a seus ocupantes, evitando assim que eles pudessem barganhar outros cargos enquanto cumprissem o mandato de seis anos estabelecido no primeiro turno para os ministros do TCU. Essa, disse, é uma decisão que tem caráter moralizador.

As emendas que acabavam com a moção de censura aos ministros de Estado também conquistaram o parecer favorável do relator. Essa, disse Fogaça, é uma medida inútil nos termos em que estava prevista, já que dependia de aprovação pelo plenário da Câmara por dois terços dos votos e, na história recente, não se tem registro de nenhuma matéria aprovada com esse quorum. Então, foi melhor retirá-la, porque poderia ter efeito contrário, fortalecendo o ministro que tivesse ameaçado de censura caso o plenário não a confirmasse.

A retirada da moção de censura era um dos pontos de interesse do Governo, que, todavia, não conseguiu o mesmo êxito com relação ao Conselho da República. O senador José Fogaça revelou que o Conselho foi mantido, "embora fique com uma função inócua dentro do sistema presidencialista". A reforma tributária, outro alvo do Palácio do Planalto, não sofrerá emendas.

Até agora, cerca de 500 emendas de segundo turno já têm parecer elaborado e pronto, mas a relatoria examinou 1 mil 100 delas, para o que contou com a ajuda também do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Os relatores almoçaram ontem com ele, como farão hoje, aproveitando o encontro para aceslar os entendimentos visando a conclusão do trabalho até amanhã à meia-noite, como prevê o cronograma da Mesa. Quanto aos temas polêmicos, na última rodada de avaliação, contou o senador José Fogaça que pretendem acatar todas as emendas que impeçam as despesas ou sangria dos cofres da União, pois isso inviabilizaria o País.

A semana começa com a entrega amanhã, pelo relator Bernardo Cabral, do parecer sobre as emendas. A mesa da Constituinte terá terça e quarta-feiras para imprimir e publicar o texto. Depois, virão mais dois dias para a apresentação de requerimentos de destaque das emendas. O sábado e o domingo ficarão para o trabalho interno, que precisa ser organizado para o início das votações, marcada para segunda-feira, 25, à tarde. Nesse dia, pela manhã, os líderes se encontram para fechar os acordos possíveis.

tituintes poderiam viajar até as bases, já que pelo menos 121 são candidatas nas eleições municipais, cujas convenções para escolha de candidatos têm prazo até 7 de agosto.

GIVALDO BARBOSA



Fogaça e relatores do segundo turno podem pôr fim à anistia aos micro

Adjuntos de Cabral ficam em evidência

Há pouco mais de um ano, quando a Constituinte iniciava sua terceira etapa de trabalho, passando ao relator Bernardo Cabral a tarefa de compatibilizar os anteprojetos criados pelas Comissões temáticas, uma nova equipe se formou dentro do vasto universo que compõe a Assembléia. Sistematizar propostas diversas não seria uma tarefa da Comissão de Sistematização, com seu quadro de 93 constituintes, mas da relatoria liderada por Cabral, que assumiu a função de ordenar milhares de proposições, acompanhar o desenrolar das votações e o aproveitamento de emendas e, a cada etapa vencida, se reunir em volta de uma mesa cheia de papéis para redigir ou "passar a limpo" um novo projeto constitucional.

Ao apresentar o que classificou de "alicerce do Estado Democrático Brasileiro", no último dia 5, Cabral não deixou de, mais uma vez, relacionar os nomes daqueles que participaram do processo de elaboração da nova Constituição. Três destes personagens fazem parte do conjunto de 559 constituintes — senador José Fogaça (PMDB/RS), deputados Konder Reis (PDS/SC) e Adolfo Oliveira (PL/RJ). Outros, no entanto, só aparecerão nos anais da Constituinte porque Cabral não deixa de fazer referência às suas participações. Constituem a assessoria técnica do relator e são, como classificou Adolfo Oliveira, as melhores alternativas em especialização legislativa.

Como fez na apresentação de outros projetos constitucionais, Cabral abriu um parágrafo para lembrar de seus ajudantes: "Devo referir, ainda, a participação, em todas as fases da etapa que vimos de conduzir, dos assessores professor Flávio Roberto Collaço, que, espontaneamente, deu tudo de si na execução do trabalho; Dr. Antônio Carlos Pojo do Re-

go, exemplo de dedicação; professor Estevão Chaves de Rezende Martins, excepcional na capacidade de trabalho; Dr. Anderson Braga Horta e Dra. Neusa Barbosa Labarrère, de cujo espírito crítico pude me valer, e Dr. Kleber Gomes Ferreira Lima, que tornou possível a utilização dos recursos de informática no cumprimento do que poderia chamar, sem exagero, alta missão de construção do alicerce do Estado Democrático Brasileiro".

Desde que passou a desenvolver o trabalho de sistematização, Cabral contou com o auxílio do jurista e economista deputado Antônio Carlos Konder Reis. Cuidadoso e metucioso no trabalho da relatoria, ele trouxe para a Constituinte sua experiência de relator-geral da Constituição de 1967. Com ele, trabalhou também seu relator adjunto em 67, Adolfo Oliveira, que por muitos finais de semana se reuniu com os demais membros da equipe para desenvolver o trabalho.

Adolfo Oliveira lembra que as diferenças são enormes entre a elaboração daquela Constituição e desta que se aproxima da promulgação. Não só a nível político e conjuntural, mas no próprio critério adotado para o desenvolvimento do trabalho. A Carta de 67 foi feita em 60 dias. Trabalhou-se aos sábados, domingos e feriados, já que havia urgência na sua promulgação. "Desta vez partimos do zero. Escolhemos o caminho mais difícil, um feito quase épico, mas os resultados estão sendo os melhores possíveis. Chegamos a formular uma obra-prima como é o capítulo da saúde", acrescenta.

Para Adolfo, a relatoria é "um grupo progressista, prudente e corajoso". A equipe, aliás, se mostra tão unida e desprendida que seus membros não poupam elogios mútuos. Cabral, na sessão de quinta-feira, avisando que não pretendia

passar uma manifestação de falsa modéstia, chegou a garantir que tudo o que há de positivo no texto constitucional se deve a seus adjuntos. Em contrapartida, os pontos que merecem críticas são, segundo ele, de sua autoria. Adolfo Oliveira assegura que não é bem assim: no grupo, até os assessores técnicos são chamados a opinar. Konder, Adolfo e Fogaça também decidem algumas matérias, mas as decisões políticas finais são todas tomadas pelo relator-geral.

Ao longo do trabalho da Comissão de Sistematização, depois de ter reduzido uma equipe inicial de 11 auxiliares para apenas Konder Reis e Adolfo Oliveira, Bernardo Cabral adotou o senador José Fogaça como seu terceiro adjunto. Com o desenrolar desta etapa, Fogaça foi "nomeado", durante uma sessão da Sistematização, relator substituto, assumindo muitas vezes a função de portavoz da relatoria, até no plenário da Constituinte.

Bastante elogiado por Cabral, Fogaça também não economiza palavras, aproveitando até seu veio poético e de escritor para ressaltar o trabalho do relator. Ele lembra que na elaboração do projeto constitucional, Cabral buscou a síntese, a simplicidade e o aperfeiçoamento de tudo que foi desenvolvido desde a fase das comissões. "Foi um trabalho de lapidação. O relator caminhava sobre o fio da navalha na busca da melhor linguagem para o texto", afirmou em plenário.

Ao encerrar a penúltima etapa da relatoria, outros ex-relatores-adjuntos de Cabral não deixaram de fazer referência ao trabalho desenvolvido pelo também ex-auxiliar senador Virgílio Távora, falecido. Para a deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), que integrou a equipe, o nome do senador cearense deve ser lembrado como parte deste longo processo.

Sistema de votação deve mudar

O sistema de votação do segundo turno da Constituinte será o tema principal da reunião que o presidente Ulysses Guimarães convocou para a manhã de quarta-feira, em seu gabinete na Câmara, com todos os líderes partidários. Até lá, a mesa da Constituinte terá publicado o texto final do relator com as emendas aceitas ao anteprojeto do 1º turno, o que permitirá uma avaliação melhor do que será a última rodada de votações da Assembléia Nacional Constituinte.

Embora não seja uma atribuição específica do presidente Ulysses Guimarães, ele deverá passar em revista com os líderes o problema de quorum, já que todas as estimativas feitas na semana passada indicam que o segundo turno dificilmente passará de

uma frequência média em torno de 430 constituintes. Todavia, sua maior preocupação é mesmo com a sistemática de votação, a fim de cumprir a meta traçada por ele de promulgar a nova Carta o mais breve possível.

Numa manifestação de compreensão com os constituintes que precisam ficar em seus estados ou municípios por causa das eleições de 15 de novembro, Ulysses poderá propor aos líderes um trabalho em regime de esforço concentrado, a exemplo de épocas semelhantes no passado. Isso faria com que a Constituinte funcionasse em sessões ininterruptas às terças, quartas e quintas-feiras, começando pela manhã e varando a noite, para liberar o plenário nos finais de semana. Com isso, os cons-

tituintes poderiam viajar até as bases, já que pelo menos 121 são candidatas nas eleições municipais, cujas convenções para escolha de candidatos têm prazo até 7 de agosto.

A semana começa com a entrega amanhã, pelo relator Bernardo Cabral, do parecer sobre as emendas. A mesa da Constituinte terá terça e quarta-feiras para imprimir e publicar o texto. Depois, virão mais dois dias para a apresentação de requerimentos de destaque das emendas. O sábado e o domingo ficarão para o trabalho interno, que precisa ser organizado para o início das votações, marcada para segunda-feira, 25, à tarde. Nesse dia, pela manhã, os líderes se encontram para fechar os acordos possíveis.